

FONTE : O POVO - CE

CLASS. : 108

DATA : 12.01.85

PG. : _____

4468 O que deve mudar

Ao recuar na decisão, tomada no leito do hospital, de assinar o decreto que libera a exploração de minérios em terras indígenas, o presidente João Figueiredo negou o seu aval a um ato considerado pela própria Funai lesivo aos interesses dos índios. Assim, pretende esfriar a cabeça e examinar, com maior profundidade, a minuta preparada nos bastidores do Ministério do Interior e do Ministério de Minas e Energia e submetida à sua consideração em hora sob todos os aspectos imprópria. Esse acodamento todo só contribuiu para tornar a matéria mais suspeita e polêmica. Afinal de contas, o que está acontecendo?

A Funai colocou-se de pronto contra o decreto, exatamente porque lhe retira a competência, atribuída por diploma anterior, de regulamentar a exploração de áreas indígenas para fins de mineração. Não se questiona essa exploração em proveito do índio e da Nação; questiona-se sim, a forma inadequada como ela poderia efetivar-se, contemplando os interesses dos mineradores e deixando para o índio apenas a devastação de suas terras. Dispondo-se a estudar o assunto mais a vagar (não se deve esquecer que teve seis anos para fazê-lo e não o fez) o presidente Figueiredo evita mais um passo que

consagraria o seu governo, em definitivo, como o mais hostil aos povos indígenas que a história registra.

É o próprio índio Marcos Terena, Chefe de Gabinete da Funai, que acusa o presidente Figueiredo de mesmo de um leito de hospital lograr agredir a comunidade indígena. "Isso era até esperado porque ele, no início de seu Governo, em 1980, extinguiu a reserva Waimiri-Atroari, no Amazonas, para beneficiar a empresa Parapanema de Mineração. Ele quis seguir agredir os índios no início e no final de seu Governo", diz Terena. A recusa a aceitar o que se contém no decreto em questão provocara a demissão do advogado Jurandi Marcos da Fonseca da presidência da Funai. E a simples notícia de que o Presidente o havia assinado atraiu a Brasília mais de cem índios vindos de diversas partes do País. Eles querem não só o compromisso pessoal de Figueiredo de que não assinará o decreto, por maior que seja a insistência de seus ministros, e a definição do próximo Presidente quanto ao tratamento a ser dado a essa e a outras questões que envolvem os interesses dos silvícolas brasileiros.

A questão é mais séria do que parece à primeira vista. O que está em jogo não é, propriamente, a assinatura de

um decreto, que, afinal de contas, pode ser logo mais revogado, mas sim toda uma política de sérias implicações no interesse nacional. É preciso saber se o próximo Governo pretende ou não dar continuidade a um processo de ocupação de terras caracterizado pela subversão de princípios do Código de Mineração em proveito das multinacionais da mineração. Não custa repetir aqui o que Darcy Ribeiro escreveu há alguns anos: "A descoberta de qualquer coisa que possa ser explorada é sinônimo do dia de juízo final para os índios, que são pressionados a abandonar suas terras ou chacinados dentro delas. E as descobertas econômicas não precisam ser excepcionais para que os índios sejam saqueados".

A pesquisa ou a lavra de minérios em terras indígenas, sem o rigoroso controle da Funai, poderá provocar, no futuro, etnocídios dos quais não nos perdoaremos nunca. Sendo assim, eticamente, a luta dos índios é também, uma luta de todo o povo brasileiro. E vamos esperar que o próximo Governo certamente menos manipulável pelos interesses multinacionais, propicie ao País uma política indígena em que a força, sempre tão atenta aos valores econômicos, seja substituída pelo humanismo.